

16 de Maio de 2014

Posição sobre o Documento de Estratégia Orçamental apresentada em conferência de imprensa

Com a chamada “saída limpa” do regime de austeridade, empobrecimento e de usurpação da soberania nacional, o Governo escondeu todas as medidas que constituirão novos roubos, ao apresentar o Documento de Estratégia Orçamental.

Uma estratégia que passa por utilizar um discurso ilusório de libertação do memorando assinado com FMI/BCE/UE, para esconder as medidas que, efetivamente, visam mais impostos, cortes, mais roubos nos salários e aposentações.

Este documento determina já a execução concreta do Guião da Reforma do Estado, cujos meios, com vista ao reconfiguração do Estado e destruição das suas funções sociais são: desvalorizar, rentabilizar, concessionar para privatizar, descentralizar para desresponsabilizar.

O estado a que o país chegou, com níveis brutais de desemprego e empobrecimento generalizado é a prova real de que o Governo mentiu e continua a mentir. E à mentira acresce a clara **afronta ao povo português, tentativa de condicionamento do seu voto e branquear o papel do Governo e da Troika a realização de um Conselho de Ministros a 17 de Maio e a reunião do BCE com as instituições bancárias da UE em Portugal, precisamente no dia das eleições europeias, a 25 de Maio**, demonstrando claramente que a troika não sairá de Portugal e o Governo, a manter-se, prosseguirá com as medidas de austeridade.

O Governo mentiu e continua a mentir:

1 - **Prometeu não aumentar impostos e aumenta, precisamente, o imposto mais injusto** (o IVA) que é, igualmente, aplicado a todos os portugueses,

16 de Maio de 2014

independentemente dos seus rendimentos. Desta forma, os trabalhadores perderão, uma vez mais, poder de compra em favor do pagamento de juros aos banqueiros. Este documento não só mantém o enorme aumento de impostos verificado em 2013 como prevê o aumento da carga fiscal até 2018.

2 – Afirmou não cortar mais salários e pensões: a verdade é que mantém um corte de 900 milhões de euros nas remunerações da Administração Pública e prevê mais cortes relativos aos seus trabalhadores através da imposição de redução das remunerações previstas na Tabela Única e dos suplementos bem como através da continuidade da política de despedimentos. Segundo o documento, «a redução no número de funcionários públicos que tem ocorrido por força da reduzida taxa de substituição das aposentações e da execução de programas de rescisões por mútuo acordo, permitiu e continuará a permitir a redução da massa salarial»: isto é, o Governo quer despedir mais trabalhadores através do chamado programa de “rescisões”, através da requalificação e, também, empurrando cada vez mais trabalhadores para a aposentação.

3 – Transforma cortes temporários em definitivos, confirmando todas as denúncias da Frente Comum. A transformação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) em Contribuição de Sustentabilidade, suportada integralmente pelos pensionistas, viola brutalmente a Constituição e a decisão do Tribunal Constitucional. Mais uma vez, através de uma previsão de novos cortes de mais 372 milhões de euros a quem já trabalhou uma vida inteira, o Governo pretende contornar a Constituição. A proposta é de um corte definitivo de 2% nas pensões entre €1000 e €2000, em 2% sobre €2000 e 5,5% sobre o excedente até €3500, em 3,5% sobre o valor total da pensão nas pensões superiores a €3500 e nestas, para além do corte de 3,5% é ainda aplicado Para além da taxa anterior (3,5%) é também aplicado em acumulação um corte de 15% sobre o valor que exceda €4611,42 mas não ultrapasse €7126,74 e de 40% sobre o montante que exceda €7126,74.

16 de Maio de 2014

4 – Prossegue a sua intenção de **destruição das funções sociais do Estado** com novos cortes nas prestações sociais (155M€ só em 2015), na educação (112M€ só em 2015) prejudicando toda a população, empobrecendo-a e rejeitando o acesso a serviços públicos fundamentais.

5 – O documento prevê que em 2015, ano de eleições, se proceda à “reversão de 20% da taxa de redução aplicada anualmente” nas remunerações, de uma forma desigual (menos para as profissões menos qualificadas e mais para as mais qualificadas) e faseadamente ao longo de 5 anos. **Assim 80% dos roubos nas remunerações serão não só mantidos como agravados:** a revisão da Tabela Remuneratória Única, que o Governo se recusa a apresentar até agora aos sindicatos, tem como base a revogação de vários suplementos salariais e cortes diretos nas remunerações, logo, não só o Governo não vai devolver nada como vai continuar a roubar, caso se mantenha no poder.

6 – **Altera a Taxa Social Única, mas apenas para os trabalhadores**, que passarão a pagar 11.2%, enquanto que as entidades patronais continuam a usufruir de várias isenções ou reduções. Este aumento representará a redução de salários a cerca de 140.000 trabalhadores.

A Frente Comum **entende que a única “saída limpa” possível passa por uma alteração profunda da orientação política e económica do Governo, pela sua demissão e pela renegociação da dívida no montante, nos prazos e nos juros.**

Os trabalhadores e aposentados não podem continuar a suportar décadas de políticas de destruição dos serviços públicos, de ataque aos seus trabalhadores e à nossa Constituição. Por esse motivo estarão novamente nas ruas a manifestarem-se nos próximos dias 14 e 21 de Junho.

Pelo Gabinete de Informação